

Histórias Econômicas de Economistas - Cliometria e Nova Economia Institucional

*Economic History made by Economists: Cliometrics
and New Institutional Economics*

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról*

Artigo recebido e aprovado em março de 2008

Resumo:

A Cliometria e a Nova Economia Institucional são as principais escolas que norteiam a produção acadêmica em História Econômica por parte dos economistas brasileiros, norte-americanos e europeus. Embora já contando com alguns anos, ambas são pouco conhecidas pelos historiadores brasileiros. Este artigo procura apresentar quais são os fundamentos teóricos de ambas as escolas, suas origens e algumas de suas limitações.

Palavras-Chave:

História Econômica; Cliometria; Nova Economia Institucional

Abstract:

For Brazilians, North Americans and Europeans economists, the New Institutional Economics and Cliometrics are, both, the schools that gave the principal ways to think about Economic History in the academies. Although they were born some years ago, they are not so much recognized by Brazilian Historians. This paper intends to present some of the theoretical foundations of the mentioned schools, their origins and limitations.

Keywords:

Economic History; New Institutional Economics; Cliometrics

* Luiz Paulo Ferreira Nogueiról é professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e possui doutorado pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Introdução

Dentre as diferentes histórias quantitativas possíveis, a História Econômica foi, provavelmente, o campo em que mais livros e artigos foram produzidos. De fato, a História Econômica ocupou boa parte da produção historiográfica marxista no século XX, assim como a que foi produzida pela Escola dos Anais.

No Brasil, os anos 70 e 80 foram as décadas da História Econômica, assim como as décadas anteriores foram as da História Política¹. São destas duas décadas as defesas de teses de doutorado e a publicação de livros por historiadores e economistas de renome que buscavam no passado as raízes de nossa formação e a origem de nossos problemas. Da mesma maneira, é nestas décadas que os historiadores se aproximam dos economistas compartilhando os paradigmas então predominantes, isto é, às vezes uma crítica marxista, às vezes weberiana, ao que fora proposto pela CEPAL².

Nas décadas de 70 e 80 havia, entre economistas e historiadores brasileiros, uma intensa preocupação com nossa história econômica, grandemente influenciada pelas obras de Celso Furtado e Caio Prado Júnior, respectivamente, *Formação econômica do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*. Vivia-se, então, o fim de um período de grandes promessas e de fé no futuro do Brasil, apesar da crise econômica do final dos anos 70, cujas dimensões ainda não eram corretamente avaliadas.

A busca do entendimento de nosso passado econômico e social se justificava tendo em vista o atraso em que nos encontrá-

1 Segundo Fragoso e Florentino (1997): “A história econômica agoniza.”

2 É na década de 70 que se publicam *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, de Fernando Novais e *O Capitalismo Tardio*, de João Manoel Cardoso de Mello. O estudo de Delfin Netto, intitulado *O Problema do Café no Brasil*, é da década de 60, a tese de doutorado de Antônio Barros de Castro e a de José Jóbson Arruda são da década de 70. Gustavo Franco defendeu sua dissertação de mestrado no início dos anos 80, assim como Zélia Maria Cardoso de Mello. A tese de doutorado de João Luiz Fragoso, das de boa qualidade, faz parte de uma das últimas safras de uma época em que a História Econômica ainda ocupava lugar de destaque tanto nos Departamentos de História quanto nos de Economia das universidades brasileiras.

vamos, o qual se acreditava em vias de superação. Em razão disto, várias pesquisas eram feitas enfocando nossa história econômica, o que ensejava, vez por outra, trabalhos de história quantitativa.

É curioso que em outros países também houvesse uma intensa produção acadêmica no campo da história econômica, mas a partir de outros paradigmas que não apenas os marxistas, os weberianos e os cepalinos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a historiografia norte-americana sofreu uma revolução com as contribuições da Cliometria, sendo *Time On the Cross*, de Fogel e Engerman, o expoente desta escola de história quantitativa. Entre nós, até hoje, não se produziu um trabalho com peso semelhante ao desta publicação. De fato, a Escola do Rio logrou revolucionar nossa historiografia a partir do uso e compilação de dados em grande extensão. “Contar as vacas”, isto é, beber das fontes dos documentos guardados em nossos arquivos e usá-los competentemente, para pôr em dúvida paradigmas consagrados, foi a grande contribuição dos historiadores fluminenses. Mas as semelhanças com a Cliometria param aí, uma vez que embora quantitativa e econômica, a Escola do Rio passou longe tanto da álgebra quanto da estatística e, mais significativo, ignorou por completo o paradigma neoclássico que orientava os norte-americanos.

De fato, pode-se dizer que a Cliometria não contou e não conta com muitos discípulos no Brasil. Desprezada ou desconhecida por nossos historiadores e economistas nos anos 70 e 80, quando revolucionava as historiografias estrangeiras, também não conheceu muitos adeptos na década de 90 e na atual, quando a História Econômica saiu de moda entre os brasileiros.

A História Econômica, como campo de conhecimento interdisciplinar, foi local de encontro de historiadores e de economistas. Atualmente, porém, tem sofrido a criação de um abismo que separa estes profissionais no Brasil, tornando-se cada vez mais assunto ou de historiadores, ou de economistas, mas não mais de ambos os tipos de acadêmicos: é que, à moda de T. Kuhn, os paradigmas teóricos que orientam os profissionais de uma e de outra área têm levado a produções acadêmicas que, de um lado, são incompreensíveis para aqueles não treinados em métodos quantitativos e, por outro, são desprezados precisamente por não conterem o tratamento supostamente adequado e profundo que as técnicas econométricas permitem.

Na década de 90, para além da Cliometria, nasceu uma nova abordagem para a história econômica: a Nova Economia

Institucional. Ela se assemelha em diferentes aspectos à “História Tradicional”³ tão criticada pelos cliometristas, mas daquela se distancia em razão dos pressupostos que segue. Por outro lado, dada a plasticidade dos métodos quantitativos, nada há que impeça a junção da Cliometria à Nova Economia Institucional.

Neste capítulo apresentaremos aquilo que nos parece fundamental nestas duas escolas da História Econômica desenvolvidas basicamente por economistas e pouco conhecidas pelos historiadores brasileiros a partir das obras de seus expoentes, respectivamente: Robert Fogel e Douglass North. Tal apresentação objetiva tornar seus princípios mais compreensíveis àqueles interessados em história quantitativa em geral.

Cliometria e Nova Economia Institucional

Os primórdios

Pode-se afirmar que o nascimento de uma e de outra escola de pesquisa em história econômica se deu nos Estados Unidos ao longo da segunda metade do século XX, sendo que a Cliometria nasceu nos anos 50 e 60 e a Nova Economia Institucional é dos anos 90. Os problemas a que se dedicaram Robert Fogel e Douglass North são problemas com os quais os historiadores norte-americanos lidam: qual foi a contribuição das ferrovias para o desenvolvimento econômico dos EUA? Em que medida eram os senhores

3 Procurando diferenciar a Cliometria de toda a historiografia do século XX, Robert Fogel cunhou o termo “história tradicional”. A diferença entre uma e outra residiria na admissão, ou não, de fenômenos recorrentes, os quais poderiam ser algebricamente descritos. Em outras palavras, Fogel queria demonstrar que para além dos fenômenos únicos e irrepetíveis na História, havia também outros passíveis de modelagem estatística. A historiografia dos fenômenos únicos seria a “História Tradicional” e a Cliometria seria seu inverso. “Los historiadores “científicos” tienden a centrarse en las colectividades de personas y en hechos recurrentes, en tanto que los historiadores tradicionales tienden a enfocar a individuos y sucesos particulares.”. Cf: FOGEL, R. W. e ELTON, G. R. *Cuál de Los Caminos Hacia el Pasado?* Dos visiones de la Historia. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 70.

de escravos irracionais? Qual era a rentabilidade da propriedade escrava? Materialmente, como viviam os cativos do Sul dos EUA? Em que medida as instituições favoreceram o desenvolvimento econômico e como elas se transformam ao longo do tempo?

Se os tópicos da escravidão são obviamente ligados à História dos Estados Unidos, o último tópico parece deslocado. Os Estados Unidos são, há muito tempo, um dos países mais ricos do mundo, mas nem sempre foi assim. Neste caso, o que levou este país a se desenvolver mais do que os outros? Mais do que isto, partindo de uma situação marginal no mundo colonial, sem capacidade de produzir alimentos como o café e o açúcar, à exceção tardia da Luisiana, tornou-se um grande produtor de algodão em resposta às demandas da industrialização, já no período posterior à Independência.

Pode-se dizer que tais problemas estão na origem das idéias desenvolvidas pela Nova Economia Institucional e pela Cliometria. A originalidade das respostas e dos métodos usados para respondê-las são os elementos que levaram à construção de uma e de outra escola de história econômica.

Os métodos

Se o objeto a que se dedica o cientista é o que define o método que ele adota, o que dizer de um campo de conhecimento cujo objeto é toda ação, humana ou não, no tempo? Há tanto a História do Universo, a que se dedicam os astrônomos, quanto a história dos homínídeos, cuja linha de separação em relação aos seres humanos é tênue e vaga de 10 mil em 10 mil anos de acordo com as descobertas dos paleontólogos. Ainda há a História mais recente, publicada nos jornais de hoje que, talvez, sirva de matéria-prima para os historiadores das mentalidades de algumas décadas adiante, mas que já diz respeito aos historiadores da época contemporânea.

Diante de tantos objetos, é possível afirmar a existência de um método para todos eles? Muitos gostariam de responder afirmativamente à pergunta e muitos responderam que sim. Dentre os objetos a que se dedica a historiografia, aqui entendida como o estudo das maneiras pelas quais os historiadores escreveram a História ou, simplesmente a História da História, figura, obviamente, o estudo da sucessão de respostas afirmativas à pergunta do início

do parágrafo. Positivistas e marxistas, assim como neo-institucionalistas e cliometristas, têm em comum a aspiração de encontrar um método para o estudo do passado e é curioso que, apesar da adesão que tais escolas tiveram, acabaram por ser substituídas por outras que não apenas apontavam as falhas em que incidiam como se propunham a superá-las⁴.

No caso da cliometria, em que consiste o seu método? Consiste na formulação de perguntas passíveis de serem respondidas por meio de testes estatísticos e econométricos. É um passo além daquilo que foi chamado por Karl Popper de ciência, isto é, se científicas, segundo este filósofo, são as afirmações que se submetem ao falseamento, os cliometristas foram além: o falseamento deve ser feito por meio de análises estatísticas e econométricas.

Assim, dizia Popper, por exemplo: os marxistas se contentam com formulações gerais nas quais a luta de classes se apresenta como resposta para todos os fenômenos⁵. Ora, uma formulação científica é aquela que diz o que vai ocorrer. Assim, é científica a afirmação de que, solto um objeto submetido a um campo gravitacional, tal objeto se dirigirá ao centro de tal campo. De igual maneira, é científica a afirmação de que o volume ocupado por um gás qualquer se expande e se contrai de acordo com a pressão a que está submetido, admitindo-se variações em sua temperatura. Uma afirmação do tipo “Deus existe” é científica? Popper diria que não, pois qual seria o experimento a que ela poderia ser submetida para ser falseada?

4 “...Ni, como apunta Fogel, es del todo nuevo el deseo (hoy en día acariciado por los historiadores “científicos”) de usar la historia para descubrir las leyes que gobiernan el comportamiento humano, como no lo es el repetido fracaso de esta comprensible pero equivocada ambición.” Cf.: FOGEL, R. W. e ELTON, G. R.: *Cuál de Los Caminos Hacia el Pasado?* Dos visiones de la Historia, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 116.

5 Trata-se de um equívoco de Popper, que não nutria maiores simpatias pelo marxismo. Pois se é verdade que podemos encontrar quem use a luta de classes para explicar qualquer fenômeno, há também marxistas mais criteriosos. Por exemplo: o exército industrial de reserva se expande e se contrai de acordo com a taxa de crescimento vegetativo da população operária, com o desenvolvimento tecnológico e com o crescimento econômico. Esta afirmação é científica, pelos postulados popperianos, pois é suficientemente restrita e testável, bastando levar em conta as variáveis mencionadas para falseá-la ou não.

Os cliometristas, portanto, à maneira de Popper, prezam a formulação de hipóteses testáveis, ainda que se permitam outras tantas não testáveis⁶. Assim, para saber se a escravidão era irracional, por exemplo, Fogel procurou verificar qual era a rentabilidade da propriedade escrava. Aqui, a racionalidade foi entendida segundo a teoria da firma e do consumidor, a qual supõe que os agentes são racionais se agem de maneira coerente com seus objetivos, dado o conhecimento de que dispõem a respeito dos meios com os quais contam⁷. No caso da propriedade escrava, verificou-se que ela era racional porque sua rentabilidade era positiva e, além disto, superior aos resultados obtidos com investimentos em títulos públicos norte-americanos na mesma época⁸.

- 6 Por exemplo: a seguinte afirmação de Fogel: "Political forces, not economic ones, were the overriding factor in the destruction of slavery. If the foes of slavery had waited for economic forces to do their work for them, America might still be a slave society, and democracy, as we know it, might have been a subject only for history books." é testável? Não em termos cliométricos, pois as técnicas estatísticas requerem, para a realização de testes de hipóteses, amostras de tamanho razoável. Quantos fenômenos semelhantes ao mencionado teríamos à disposição para realizar um teste de hipóteses? FOGEL, R.W. *Without Consent or Contract*. Nova York: W.W. Norton, 1989. p.11.
- 7 Dentre as quatro formas de racionalidade elencadas por Max Weber em *Economia e Sociedade*, os economistas elegeram uma como sendo a racionalidade. É uma simplificação muito marcante na escola neoclássica de economia, a qual se passou aos cliometristas uma vez que estes possuem, normalmente, formação de economistas. Cf. WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p.52-53.
- 8 Fogel e Engerman, em *Time On the Cross*, não levaram em conta a irracionalidade da escravidão tal como entendida por Marx. Para ele, a escravidão não era irracional por não ser lucrativa. Pelo contrário, Marx assemelha a propriedade escrava à propriedade fundiária e afirmava, embora não algebricamente, que o preço do escravo era dado pelos lucros líquidos capitalizados, tal como Fogel e Engerman formularam algebricamente, o que supõe que os escravos gerassem lucros. A irracionalidade consistia na manutenção do monopólio dos proprietários de escravos sobre a força-de-trabalho, o que levava ao encarecimento do uso de trabalhadores para a produção de mercadorias, tal como ocorre com a terra em uma sociedade em que não se fez uma reforma

A maneira pela qual se verificou a racionalidade da escravidão, portanto, consistiu na formulação de uma hipótese a qual, testada de diferentes formas e não refutada, levou Fogel e Engerman à conclusão de que era racional a propriedade escrava. Sinteticamente, tal teste consistiu nos seguintes passos:

1. verificar qual era a rentabilidade dos escravos ao longo do tempo;
2. verificar qual era o investimento para a aquisição da propriedade escrava, em dólares;
3. comparar a rentabilidade capitalizada derivada de 1 e de 2 com investimentos alternativos e verificar se a escolha dos escravistas era racional, isto é, se maximizava os rendimentos.

Se a resposta ao terceiro passo fosse positiva, então os escravistas poderiam ser chamados de racionais. Em caso contrário, poderiam estar corretos os que afirmavam que os escravistas mantinham a escravidão por força de hábitos patriarcais.

O procedimento adotado por Fogel e Engerman consistiu no que os estatísticos chamam de teste de hipótese, isto é, formula-se uma teoria: a escravidão era irracional, por não ser lucrativa, e mantida por uma questão de status. Formulada a teoria, busca-se uma hipótese testável: se é irracional, então a taxa de lucros da propriedade escrava é menor do que os investimentos alternativos disponíveis. Definida a hipótese a testar, procuram-se os dados para testá-la. Uma vez obtidos os dados, usam-se testes estatísticos

agrária burguesa, a qual elimina o direito dos proprietários de terras de mantê-las incultas se não acharem suficiente a renda que o empresário rural se dispõe a pagar simplesmente para usá-la, desconsiderando sua fertilidade. A abolição da escravidão seria um fenômeno semelhante a uma reforma agrária burguesa, em que os trabalhadores seriam levados a se apresentarem para o capital por lhes ter sido retirada qualquer possibilidade de sobreviver por outra via que não a venda da força-de-trabalho no mercado de trabalho. Em outros termos, a Abolição eliminaria a renda devida ao monopólio da força-de-trabalho por parte dos escravocratas, a qual corresponderia, no caso da propriedade agrária, à renda de tipo I. A irracionalidade, portanto, estaria presente, dentre outras dimensões, na manutenção de uma instituição ineficiente e desnecessária para a reprodução do capital.

específicos (diferença de médias, mínimos quadrados ordinários, máxima verossimilhança, etc) para refutar a hipótese. Se ela é refutada, então afirma-se que ela está equivocada, podendo ser descartada. Se ela não é refutada, isto não quer dizer que ela é válida, mas apenas que os testes não a refutaram, podendo haver outros testes que venham a refutá-la.

Os passos dados por Fogel e Engerman e que os cliometristas procuram seguir são, precisamente, aqueles especificados por Popper:

1. a partir de um fenômeno, formula-se uma teoria;
2. testa-se a teoria;
3. se a teoria é refutada, então se busca uma nova teoria para explicar o fenômeno;
4. se a teoria não é refutada, então se mantém a teoria, não porque ela esteja correta, mas porque não foi refutada.

O método científico, tal como entendido por Popper, e aplicado à História pelos economistas, demógrafos, etc. levou a um grande mal-estar entre os historiadores profissionais. Isto se deveu, por um lado, à soberba com a qual os cliometristas se apresentaram. Deveu-se, também, às diferenças radicais entre o método cliométrico e aquele usualmente empregado pelos historiadores os quais, ao longo do século XX, transitaram do positivismo com as pretensões de produzirem uma história científica, a uma história mais literária, em que o estilo da escrita foi enormemente relevante dando ao historiador que escrevia bem um grau de reconhecimento por parte de seus pares que não se repete em outras áreas da produção do conhecimento e, em especial, naquelas áreas onde o debate a respeito de a área ser ou não ser ciência carece de sentido. Por fim, o mal-estar era piorado pelo fato de que, entre as habilidades adquiridas pelos historiadores profissionais nas universidades, e mesmo pelos autodidatas, não se encontravam, como ainda não se encontram entre os historiadores brasileiros, as quantitativas⁹.

⁹ Mesmo nos Estados Unidos, onde nasceu a Cliometria, os departamentos de história não costumavam oferecer a seus graduandos cursos em métodos quantitativos. Cf. FOGEL, R. W. e ELTON, G. R. *Cuál de Los Caminos Hacia el Pasado?* Dos visiones de la

Assim, os historiadores não-cliometristas se assustaram consideravelmente pela aparição de um grupo de historiadores, alguns deles arrogantes, que os criticavam fortemente pela ausência de quantificação e formulação de hipóteses derivadas de modelos algebricamente explícitos os quais, para piorar, ainda apresentavam teses surpreendentes, como o da rentabilidade e longevidade dos escravos sulistas dos EUA, que punham de ponta-cabeça teses consagradas, e eram muito convincentes, em parte pela massa de dados que embasava as suas conclusões.

Apesar das primeiras discussões em torno dos métodos e das pretensões dos cliometristas, ao longo do tempo o que se viu foi uma tendência para a coexistência pacífica entre cliometristas e “historiadores tradicionais”, isto é, a História, tal como escrita tradicionalmente, continuou sendo predominante e incorporou as contribuições que os cliometristas têm dado. Por outro lado, tanto nos EUA quanto na Europa, revistas especializadas em História quantitativa vieram a ter público, embora não numeroso.

No caso brasileiro, a história quantitativa se encontra dispersa nas revistas de economia e na publicação de poucos livros de boa qualidade, de que são exemplo as teses de doutorado de Zélia Maria Cardoso de Mello, Wilson Suzigan, Renato Leite Marcondes e, mais recentemente, o estudo empreendido de maneira brilhante por Luna e Klein a respeito de São Paulo antes da cafeicultura.

Se os cliometristas se julgaram cientistas e, com uma certa soberba, melhores do que os historiadores tradicionais, os seguidores da Nova Economia Institucional foram mais humildes, pois não se propuseram, pelo menos da parte de seu expoente maior, a reescrever toda a história a partir do ponto de vista deles¹⁰ o qual era mais um, dentre vários possíveis.

A Nova Economia Institucional procurou resgatar algo da Economia Política escrita no século XIX. Com a economia neoclássica predominando entre os economistas no século XX, uma dimensão que fazia parte das preocupações dos economistas do Oitocentos se perdeu: a de saber qual o melhor conjunto de ins-

Historia. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p.65

10 De fato, North (1982) procurou demonstrar a utilidade de sua teoria escrevendo uma história universal a partir dela do Neolítico à atualidade.

tituições para as sociedades. Os neoclássicos dos manuais de microeconomia não se preocupam com esta pergunta porque partem das instituições tal como se encontram¹¹. Normalmente escritos em países em que as relações de mercado se encontram solidificadas, tais manuais apresentam quais seriam os comportamentos dos agentes racionais em suas relações mercantis.

Douglass North em *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* reintroduz na economia o que ela havia perdido: o debate a respeito das instituições mais adequadas para o desenvolvimento econômico. Este economista, laureado com o Prêmio Nobel de Economia¹² em 1994 juntamente com Robert Fogel, fez um longo percurso intelectual até chegar ao que escreveu em 1990 e é considerado seu melhor livro. É de sua autoria uma História Econômica dos Estados Unidos publicada em 1958, o que demonstra quão longo é seu autor, assim como suas contribuições para a Economia Regional¹³ são fundamentais.

A Nova Economia Institucional toca a História quando afirma que as instituições importam na performance econômica, que elas são criadas ao longo do tempo e que sofrem transformações engendrando novas performances econômicas. O estudo da História é, pois, importante para esta escola tendo em vista a necessidade de explicar como surgiram as instituições de uma determinada sociedade e como elas evoluíram ao longo do tempo.

O debate sobre quais instituições são adequadas e quais são inadequadas ao desenvolvimento econômico é tão antigo quanto a publicação da terceira edição da *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, cujo título completo é *Um Inquérito sobre a Causa da Ri-*

11 A própria publicação de manuais, a exemplo do que se pode encontrar em matemática, química e física, aponta para um fato curioso: o da criação de uma ciência madura, nos termos propostos por Thomas Kuhn, ou seja, uma ciência que conta com paradigmas bem estruturados e cujo conhecimento dos princípios não requer a leitura das obras que os propuseram, bastando para isto os manuais.

12 O prêmio Nobel foi instituído por um magnata sueco para o reconhecimento de grandes contribuições do pensamento humano e da ação humana em favor da paz. Originalmente, não havia prêmio Nobel de Economia. O Banco da Suécia o instituiu em 1969 fazendo uso do nome Nobel, o que a família do magnata rejeitou.

13 Uma das áreas em que se divide o conhecimento econômico.

queza das Nações. Nela, seu autor, para além de constatar que o comércio permite que a sociedade se torne mais produtiva, uma vez que favorece a divisão do trabalho entre diferentes indivíduos com habilidades distintas, procura identificar quais instituições atrapalhavam o desenvolvimento comercial e, por extensão, o desenvolvimento econômico¹⁴. Ao contrário da vulgarização de que foi vítima, Adam Smith não considerava que tudo poderia ser resolvido por meio de relações mercantis. Os mercados não são panacéia. Há funções exclusivas do Estado, como a justiça e a defesa nacional, assim como várias atividades pelas quais os mercados não se interessam e que, a juízo do autor, devem existir, como a educação dos pobres, por exemplo.

Para Adam Smith, algo que estorvava profundamente o desenvolvimento econômico era o que ele chamava de sistema mercantil, o que foi chamado de mercantilismo pelos historiadores do século XX. Em linhas gerais, tratava-se de um cipoal de licenças e privilégios concedidos pelo Estado em favor de particulares os quais eliminavam a concorrência e tinham por consequência a exploração, por práticas monopolistas, de vastas populações¹⁵. Evidentemente, Smith não ignorava que tal sistema era coerente com as instituições políticas então vigentes na Inglaterra, razão pela qual ele apoiava práticas liberais e a libertação das colônias, as quais ele considerava que deveriam estar representadas no parlamento em pé de igualdade com os representantes da própria metrópole.

Para Adam Smith, a supressão dos monopólios era, em primeiro lugar, uma questão de justiça e, em segundo, uma questão de eficiência econômica. Assim, se a nação quisesse ser mais rica, ela deveria eliminar o sistema mercantil.

Há, portanto, em Smith, mas também em Ricardo, que propunha o livre-cambismo como remédio contra a redução da taxa de lucros da indústria inglesa, e em Marx, que propunha a construção de uma sociedade em que os mercados estivessem submetidos à razão, uma certa ligação entre o desempenho econômico de uma sociedade e suas instituições. Esta tradição de pensamento se per-

14 Perceba-se que Smith não usa o termo desenvolvimento econômico em sua obra. Este termo é de uso recente entre os economistas.

15 Uma excelente descrição do que eram as práticas mercantilistas no Brasil, em 1807, é a resposta dada por Rodrigues de Brito ao Senado da Câmara de Salvador ao questionário que tal instituição lhe enviou sobre os problemas do comércio naquela capital.

deu com o predomínio da escola neoclássica de economia entre os economistas, a qual influencia de maneira marcante o pensamento dos economistas no século XX e está muito bem representada em vários trabalhos de Cliometria.

No caso de Douglass North, especificamente, mantém-se o raciocínio de Smith no que tange à relação entre performance econômica e instituições: as instituições determinam a performance econômica. Portanto, se se quer uma performance econômica distinta da vigente, é necessário mudar as instituições. Distintamente do que fez Adam Smith, Douglass North teve a pretensão de formular uma teoria para a mudança institucional.

E o que são as instituições? Elas são as regras do jogo, incluindo tanto as instituições formalmente estabelecidas quanto aquelas tradicional e milenarmente existentes, no que North se aproxima bastante da noção de longa duração de Fernand Braudel, uma vez que o economista admite que das instituições fazem parte tanto os hábitos cotidianos quanto a legislação mais recente.

A teoria de North para a mudança institucional é simples: as instituições tendem a mudar na medida em que se tornam ineficientes e sua manutenção implica em custos elevados. Raramente se trata de um processo de mudança consciente, em que a sociedade, à semelhança do indivíduo racional dos manuais de microeconomia, escolhe quais instituições adotar e quais descartar. North entende que a mudança institucional é algo complexo e que diz respeito à política tal como esta se faz em cada sociedade, havendo casos em que as instituições são mantidas apesar dos malefícios que causam, sendo muitas vezes difícil aos agentes perceber tais malefícios, posto que nascem, vivem e morrem em ambientes sociais que lhes parecem naturais.

Especificamente, North apresenta as mudanças de preços relativos como sendo um das principais causas das mudanças institucionais¹⁶, em que pesem os elementos de indeterminação próprios do jogo político. Assim, por exemplo, a elevação dos salários ocorrida na Europa ao longo do século XX, assim como a proteção social que se construiu para os europeus, tornou a contratação de serviços algo exclusivo aos muito ricos. No Brasil, a diarista é

¹⁶ "Institutions change, and fundamental changes in relative prices are the most important source of that change." NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p.84.

um fenômeno recente, pois ainda se encontra, nos apartamentos construídos nas décadas de 60, 70 e 80, o quarto de empregada, indicando a existência de uma época em que a classe média brasileira contava com serviçais quase 24 horas por dia. A substituição da empregada doméstica pela diarista significou mudanças em instituições da sociedade brasileira as quais foram impulsionadas por mudanças nos preços relativos: ainda que mal pagas até hoje, as empregadas domésticas ficaram relativamente caras, não se descartando também, como elemento explicativo, o surgimento de novas necessidades as quais, para serem satisfeitas, demandam modificações no orçamento doméstico, como os planos de saúde.

Preços relativos são as relações entre os preços, é o que nos permite avaliar uma mercadoria como barata ou cara. Os preços das mercadorias variam continuamente, algumas subindo mais, outras menos do que as outras. As relações entre os preços das mercadorias influenciam nossas escolhas de modo a tornar nossa satisfação a maior possível. Ao longo do tempo, o que era barato pode tornar-se caro, saindo da cesta de consumo do consumidor e até mesmo deixando de ser usado pelas empresas para fins produtivos.

Este processo de incorporação de novas mercadorias e descarte de outras influencia as instituições e são consideradas por Douglass North a principal fonte das mudanças institucionais.

Entender as instituições requer, portanto, estudar a História, uma vez que elas surgem e desaparecem. Assim, por exemplo, o nascimento do mundo ocidental, com sua história de desenvolvimento econômico, é reportada ao nascimento da dívida pública na Holanda e na Inglaterra: nestes países, explica-nos North, ao contrário do que se dava na Península Ibérica, o custeio do Estado se fazia por meio da coleta de impostos, o que tendeu a ser crescentemente controlado pelos parlamentos locais, e por meio do endividamento público com garantias aos credores do Estado. Tais garantias permitiram que as taxas de juros cobradas tendessem a cair, tornando barato tal financiamento, ao mesmo tempo que introduziu nas mentalidades a idéia de que a propriedade privada era sagrada.

Tal institucionalidade, vigente na Inglaterra e na Holanda, teria sido transferida para as colônias britânicas: o respeito aos direitos de propriedade, revelado pela consolidação da dívida pública britânica, favoreceu o investimento e o desenvolvimento econômico norte-americano¹⁷. Além disto, as diferenças entre a apropriação

17 NORTH, D.: *Institutions, Institutional Change and Economic*

da terra na América do Norte e na América Latina teriam favorecido a constituição de diferentes grupos de pressão atuando na política, moldando assim as instituições de maneiras específicas.

Já a América Latina, herdeira das instituições espanholas, segundo Douglass North, teria bloqueado seu futuro, apesar de uma economia muito mais rica do que a norte-americana em seus primórdios. De fato, tais instituições favoreceriam não apenas práticas mercantilistas, aqui referidas ao cipoal de licenças e privilégios, como também uma política oligárquica em razão da sobrevivência dos latifúndios.

Especificamente no que tange à contribuição da herança espanhola para o atraso econômico da América Latina, North afirma que a sobrevivência dos princípios mercantilistas, que impõem uma quantidade considerável de licenças para o exercício de qualquer atividade econômica, é uma fonte inesgotável de corrupção e ineficiência, o que eleva os custos de transação em tais sociedades.

Os custos de transação são os custos envolvidos com a realização de quaisquer transações, indo de montantes consideráveis à nulidade. Assim, por exemplo, os custos de transação envolvidos com a compra de laranjas em uma feira ou em um supermercado são muito baixos: escolhem-se as frutas, pesam-nas e paga-se. Nas relações de mercado entre o supermercado e sua freguesia, a instituição mercado funciona bem: viabiliza os lucros da empresa e a satisfação dos consumidores.

Já na abertura e funcionamento de uma empresa no Brasil e na América Hispânica, a quantidade de licenças é enorme e os custos de transação são muito grandes, o que atrapalha a realização de negócios e diminui o crescimento econômico. O esforço privado na produção de riquezas tende a ser predado pelos fiscais a subornar, pelos cartórios a quem se deve pagar pelas licenças, pelos advogados que se contratam para questões que derivam da imprecisão da lei, etc.

Para North, sociedades que admitem o atraso econômico são aquelas que dificultam o funcionamento dos mercados por meio do aumento dos custos de transação, os quais são altos menos por decisões conscientes do que por tradição e cultura. Entender como tais sociedades trilharam o caminho do atraso requer, portanto, o estudo da História, pois ela revelará as origens das instituições do subdesenvolvimento. De igual maneira, o estudo das

sociedades desenvolvidas requer compreender como elas transformaram suas instituições de maneira a tornarem-se economicamente mais eficientes.

Alguns abusos da Cliometria e da Nova Economia Institucional

Josep Fontana apresentou uma análise da historiografia ao longo do tempo de modo original e profícuo. Dizia tal autor que a forma pela qual os historiadores enxergam o passado revela não apenas a maneira como vêem o presente, mas também uma certa perspectiva de futuro. Os historiadores estão imersos em problemas e condicionados pelo modo de pensar das sociedades em que vivem. Quando olham para o passado, procuram reconstituí-lo por meio de perguntas e respostas que, por melhor que seja o historiador, refletem o momento e a sociedade em que vivem. Desta maneira, a História é, também, um produto do presente tal como percebido pelas pessoas que o vivem, incluindo os historiadores. A forma pela qual ela é escrita também pode nos dizer algo a respeito da maneira como se concebe o futuro e as disputas que o envolvem, as quais dizem respeito também ao modo como se percebe o presente e o passado¹⁸.

De que maneira a Nova Economia Institucional e a Cliometria veriam o presente, o passado e o futuro? Podemos responder a esta pergunta, mais uma vez, a partir do que escreveram seus expoentes: Douglass North e Robert Fogel, assim como a partir do uso que se tem feito de uma e de outra para justificar o presente e o futuro.

Douglass North, como um economista cujas preocupações transitaram da Economia Regional para o Desenvolvimento Econômico, preocupava-se fundamentalmente com as condições necessárias para o desenvolvimento econômico. Sua grande contribuição para a História Econômica foi reintroduzir a História dentre as preocupações dos economistas. Sua crítica ao modo pelo qual a escola neoclássica percebia a economia consistiu em afirmar que as teorias de crescimento que desconsideravam os custos de transação estariam fadadas ao fracasso.

18 Cf. FONTANA, J: *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998. p. 9 - 13.

Recendendo ao liberalismo clássico, North afirmou que os mercados são eficientes na alocação de fatores de produção e na maximização da produção se os custos de transação são pequenos. Se, porém, os custos de transação são elevados, então os agentes, para além de desviarem recursos para lidar com tais custos, percebem uma considerável elevação de riscos, os quais inviabilizam a realização de negócios: *laissez-faire, laissez-passé*.

Custos de transação elevados, portanto, significam maior dificuldade e insegurança na realização de negócios e, portanto, menores chances para o crescimento econômico, sendo a América Latina caracterizada por custos de transação elevados em contraposição aos Estados Unidos, ao Canadá e à Europa Ocidental. No caso das Américas, North considera que as instituições herdadas dos diferentes colonizadores levaram a desempenhos econômicos distintos.

Evidentemente, os argumentos de North contidos em *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* corroboram aqueles que atribuem à Península Ibérica uma “herança maldita” da qual temos enormes dificuldades para nos livrar, em especial do ponto de vista cultural.

Trata-se, pois, de uma simplificação cometida pelo próprio autor, que parece conhecer muito pouco da história latino-americana, pois sequer se dá ao trabalho de diferenciar as instituições espanholas das portuguesas. Por outro lado, ignora também o desenvolvimento de instituições latino-americanas, como o latifúndio e a escravidão no Brasil, o qual dificilmente encontraria paralelos em Portugal e que, sob a ótica de diferentes pensadores brasileiros do século XX, foram fundamentais na construção do país. Por fim, maiores dificuldades teria para explicar o que ocorreu no Suriname, na Guiana, na Jamaica e nas possessões inglesas e holandesas do Caribe, cuja performance econômica se assemelha mais à das ex-colônias ibéricas do que à da América do Norte.

Em defesa de Douglass North pode-se dizer que ele escreveu pouco a respeito de casos específicos e tratou de elaborar uma teoria pouco detalhista e com poucos exemplos, o que admite a análise de casos concretos sem descartar inteiramente seu argumento mais importante: o de que as instituições são determinantes na performance econômica e de que elas determinam os custos de transação.

Assim, por exemplo, pode-se dizer que apesar das instituições brasileiras não serem descendentes diretas das portuguesas, o fato é que as instituições que desenvolvemos foram pouco úteis para a redução dos custos de transação, além de favorável ao exercício do

poder por grupos diminutos capazes, assim, de impor ao resto da sociedade custos elevados por meio da manutenção de privilégios os quais, por fazerem parte da cultura brasileira a tanto tempo, não são percebidos como maléficos, se percebidos em algum grau.

Da mesma maneira, pode-se dizer que as colônias britânicas e holandesas no Caribe são herdeiras das instituições fundamentais do Brasil, e talvez influenciadas pelas nossas instituições fundadoras, afinal sabe-se que os holandeses, prestes a serem expulsos do Nordeste no século XVII, favoreceram a produção canavieira primeiramente em Barbados, uma ilha que sequer pertencia à Holanda, transformando a paisagem social lá reinante de uma profusão de pequenos proprietários usuários de mão-de-obra familiar, e com baixa produtividade, em um número muito menor de latifúndios escravistas, produtores de cana-de-açúcar, a exemplo da sucrocultura nordestina do Dezesete. Assim, é possível “salvar” a teoria de Douglass North afirmando que, apesar de equivocada em detalhes, ela acerta no essencial: as instituições importam e aquelas que aumentam os custos de transação dificultam o bom funcionamento dos mercados.

E o projeto de futuro desta teoria? Bem, podemos dizer que ela tem sido largamente utilizada por organismos como o Banco Mundial e o FMI na sugestão/imposição de reformas de cunho liberal nos países que dependem dos recursos providos por uma e por outra instituição. Argumenta-se que tais reformas visam aumentar a segurança jurídica dos investimentos e reduzir os custos de transação.

É evidente que o FMI e o Banco Mundial colocariam, como têm colocado em prática, sugestões/imposições de cunho liberal aos países que absorvem seus recursos desde que foram criados, no fim da Segunda Guerra Mundial, muito antes de North publicar seus argumentos. É que ambas as instituições foram criadas para regular as transações financeiras internacionais em um momento em que elas haviam sido fortemente abaladas primeiramente pela Grande Depressão e, depois, pela Segunda Guerra Mundial. Contando com recursos de inúmeros países, tanto um quanto o outro foram dominados pelo governo dos Estados Unidos desde o seu início, uma vez que os votos nas decisões que tomavam eram proporcionais às contribuições feitas pelos países. Como os EUA eram quem mais contribuía, tinham maior poder de decisão.

Como instrumentos da política exterior norte-americana e, por consequência, defendendo os interesses norte-americanos tal como entendidos pelos governos daquele país, se opuseram com

diferentes argumentos ao projeto desenvolvimentista brasileiro tal como ocorrido dos anos 50 aos anos 80.

Com a obtenção do Prêmio Nobel em 1994, os argumentos de North em torno da relação entre instituições e performance econômica caíram como uma luva para organismos como os mencionados, pois elas passaram a afirmar que as propostas/imposições que apresentavam reduziram os custos de transação das sociedades latino-americanas, o que melhoraria a performance econômica da América Latina¹⁹. Trata-se, portanto, do abuso de uma teoria, pois ainda que se admita que as instituições importam, com o que concordamos, pode-se dizer que o período de maior crescimento da economia mundial foi precisamente aquele em que os mercados financeiros tiveram suas atividades restringidas pelas legislações anti-liberais de diferentes países, isto é, entre 1945 e 1973. Nestes termos, pode-se dizer que a teoria de Douglass North está sendo usada como instrumento de intervenção sobre as economias latino-americanas e em favor dos interesses dos credores de tais países, o que não necessariamente levará ao crescimento econômico, como aliás não levou entre 1990 e 2000, a década neo-liberal.

E a Cliometria? O projeto de futuro dos cliometristas é bastante difuso e, no âmbito da obra de Robert Fogel, pouco propositivo. De fato, dadas as bases neoclássicas da Cliometria, é evidente que a imputação, ao passado, de uma racionalidade própria aos dias que correm, tende a suprimir o que é histórico na formação das mentalidades, pois se é admitida a existência de uma essência no ser humano, dada pela racionalidade das escolhas em função dos recursos disponíveis, em que medida o futuro poderia ser diferente do passado e do presente? Em outras palavras, ao afirmar que o passado não se distingue do presente, os cliometristas de vertente neoclássica acabam comprometendo a transformação da sociedade.

Nestes termos, a crítica que os marxistas faziam aos economistas neoclássicos é pertinente à cliometria neoclássica: por considerarem que os seres humanos agem nos mercados e que os mercados sempre existiram imperando sobre as sociedades, compromete-se o argumento de quem quer construir uma sociedade em que os mercados sejam submetidos a ela.

¹⁹ Aparentemente, o autor renega o uso de sua teoria pelas instituições mencionadas tendo em vista os fins que pretendem. Esta informação nos foi passada por um ex-aluno de doutorado de Douglass North.

Há que se considerar, todavia, que apesar do viés neoclássico da Cliometria, não há nela nada que garanta o monopólio neoclássico de sua produção. De fato, uma vez que se segue o método de apresentação de hipóteses testáveis e se elaboram testes de hipóteses, não há porque supor, por exemplo, que contribuições de diferentes origens não possam vir a integrá-la.

Ainda uma questão que realmente distancia alguns cliometristas dos historiadores em geral diz respeito ao uso dos métodos quantitativos para estimar qual seria determinado cenário se tal ou qual evento não tivesse ocorrido. De fato, embora os historiadores tradicionais vejam com suspeição regras que delimitem seu campo de estudo, há a percepção de que se deve tratar do que ocorreu, sendo impossível saber o que ocorreria se isto ou aquilo não tivesse acontecido.

A cliometria deve respeitar os pressupostos da Estatística, a qual calcula a probabilidade de ocorrência de um evento dentre vários acontecimentos. Por exemplo, quando se lança um dado não viciado, sabe-se quais são os eventos possíveis relacionados a tal lançamento: apenas uma das faces estará voltada para cima e normalmente há apenas seis faces. Portanto a probabilidade associada a cada face é de $1/6$.

Na História, aos eventos humanos não é possível atribuir probabilidades, motivo pelo qual os economistas, quando fazem suas análises de conjuntura a respeito da inflação, do crescimento do PIB, etc. não têm por base o método científico, mas apenas um certo conhecimento a respeito das variáveis em questão, do que decorre o fato, verificável em qualquer jornal de início de ano, de que é difícil encontrar dois economistas com a mesma opinião sobre o futuro, assim como mais difícil ainda é que coincidam suas previsões, sendo este o motivo pelo qual as previsões constantemente são desmentidas pelos fatos.

Nestes termos, uma história contra-factual é possível apenas como um exercício de imaginação, não como História. O uso de métodos econométricos para estimar, por exemplo, qual seria o PIB norte-americano se as ferrovias não tivessem sido construídas naquele país quando o foram, o que fez Fogel em seus primeiros trabalhos acadêmicos, não torna tal estimativa um trabalho de História.

Conclusões

Procuramos, ao longo deste texto, apresentar quais são os pressupostos de duas das escolas de história econômica que se

prestam à quantificação. Consideramos tal assunto relevante dada a ausência ou ao tamanho diminuto da produção acadêmica que as sigam no Brasil. De fato, ao contrário do que imaginava Fogel, a cliometria não se transformou na maneira predominante de pesquisa em História, nem entre os historiadores estrangeiros, nem entre os brasileiros, mas se apresenta como um método de grande valia para a pesquisa.

A Nova Economia Institucional faz da História um assunto muito importante por retomar parte dos pressupostos da Economia Política Clássica. A atribuição a uma única causa das mudanças institucionais (os preços relativos), todavia, é o ponto fraco desta teoria. A História é tão complexa que os fenômenos unicausais são raríssimos, se existem. De toda maneira, ela reabre um campo de pesquisas muito interessante para os historiadores e para os cientistas sociais em geral, pois retoma o debate sobre as sociedades existentes e aquelas que queremos, contradizendo, em certo sentido e possivelmente sem que Douglass North o imaginasse, a idéia de eternidade das relações de mercado, pressupostas pelos economistas de vertente neoclássica.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, J.J. de A. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)* – contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial. São Paulo: 1972. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

BACCINI A. GIANNETTI, R. *Cliometria*: Barcelona, Crítica, 1997.

CASTRO, A. B. de: *Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil* – um estudo sobre o açúcar e a política econômica dos senhores. Campinas. 1976. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

FOGEL, R.W. *The Slavery Debates* – a retrospective. Baton Rouge, Louisiana State: University Press, 2003.

_____. *Without Consent or Contract*. Nova York: W.W. Norton, 1989.

FOGEL, R. W. ELTON, G. R. *Cuál de Los Caminos Hacia el Pasado?* Dos visiones de la Historia. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

FOGEL, R.W. ENGERMAN, S. *Time On The Cross*. Nova York, W.W. Norton, 1974.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru:

Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

FRANCO, G.H.B.: *Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana*. Rio de Janeiro. 1983. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FRAGOSO, J.L.R. *Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro – 1790-1888*. Niterói. 1990. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia do Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense.

FRAGOSO, J.L.R. e FLORENTINO, M.: História Econômica. In: CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. (orgs): *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LUNA, F.V. e KLEIN, H.S. *Evolução da Sociedade e da Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MELLO, J.M.C. de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MELLO, Z.M.C.: *Metamorfose da Riqueza – contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil escravista à economia exportadora capitalista*. São Paulo. 1981. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. e TOMAS, R. P. *The Rise of Western World: a new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NORTH, D. *Structure and Change in Economic History*. Nova York: W. W. Norton, 1981.

NOVAIS, A. F.: *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

NETTO, A.D.: *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1959.

POPPER, K. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

POPPER, K. *O Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolucionista*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira – origens e evolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WEBER, M.: *Economia e Sociedade*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.